

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.347 - SP (2019/0017327-4)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ITAPEVI PREVIDENCIA - ITAPEVIPREV
ADVOGADO : ALEXSANDER LUIZ GUIMARÃES - SP258618
AGRAVADO : JOSE MACHADO SOBRINHO
ADVOGADO : JEAN RODRIGO SILVA - SP240611

DECISÃO

Trata-se de Agravo, interposto por ITAPEVI PREVIDENCIA - ITAPEVIPREV, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu o Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"RECURSO DE APELAÇÃO EM AÇÃO DE *QUERELA NULLITATIS*. PROCESSO CIVIL. ANULAÇÃO DE ACÓRDÃO POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. Juízo *a quo* que indefere a petição inicial por inadequação da via eleita. Competência do juízo que proferiu decisão viciada para saneamento do vício. Recurso desprovido" (fl. 111e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, aduz a parte recorrente violação aos arts. 236, §1º, e 247 do CPC/73, 272, §2º, e 280 do CPC/2015, argumentando que "a falta de intimação da Autarquia e de seu advogado público acerca dos atos processuais praticados em segundo grau de jurisdição, notadamente em relação ao julgamento e publicação do acórdão que deu parcial provimento ao apelo do Particular, constitui nulidade absoluta, pelo que o julgado não transita em julgado para aqueles que não foram intimados" (fl. 119e).

Argumenta que, "tratando-se vício absoluto (matéria de ordem pública), comporta mais de uma forma para a correção, inclusive, de ofício pelo Juiz ou Tribunal" (fl. 121e).

Requer, ao final, o provimento.

Não apresentadas as contrarrazões (fl. 125e), negado seguimento ao Recurso Especial (fl. 127e), foi interposto o presente Agravo (fls. 130/136e).

Não foi apresentada a contraminuta (fl. 138e).

A irresignação não merece acolhimento.

Na origem, "tratam os autos de recurso de apelação extraído de Ação de *Querela Nullitatis*, interposto contra a r. sentença de fls. 85/89, proferida pelo MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Itapevi, que julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 330, inciso III, c.c. art. 485, inciso VI, ambos do Código de Processo Civil, pela falta de interesse processual em razão da inadequação da via eleita" (fl. 111e).

A Corte de origem concluiu pela manutenção da sentença apelada, nos seguintes termos:

"Por primeiro, anote-se que pese a *querela nullitatis* ser a via adequada para sanar a falta e a nulidade da citação em um processo, a competência para processar e julgar referida ação é do juízo que proferiu a decisão viciada.

Neste caso, não é a r. sentença que deve ser desconstituída, mas o V. Acórdão proferido por esta C. 5ª Câmara de Direito Público que proferiu decisão.

Entretanto, **no caso concreto não se discute vício de citação, mas a inexistência de intimação do julgado neste segundo grau, vício este que pode ser sanado com simples petição na execução.**

Por tais razões, a via escolhida é inadequada, devendo a postulação ser feita na execução do julgado viciado, com a remessa dos autos para saneamento" (fl. 112e).

Entretanto, o fundamento no sentido de que a *querela nullitatis* é via adequada para sanar a falta e a nulidade da citação, não foi impugnado pela parte agravante, nas razões do Recurso Especial, de modo que incide, na hipótese, a Súmula 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

A propósito:

"TRIBUTÁRIO - CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - COBRANÇA DE ANUIDADE E DE TAXA DE ANOTAÇÃO DE FUNÇÃO TÉCNICA - FILIAL LOCALIZADA NA MESMA JURISDIÇÃO DA RESPECTIVA MATRIZ - REQUISITOS - MULTA - AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO - SÚMULA 283/STF.

(...)

4. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

5. Recurso especial conhecido em parte, e, nessa parte, parcialmente provido" (STJ, REsp 1299897/SC, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/05/2013).

Ademais, verifica-se que o Tribunal de origem não se manifestou acerca da tese de possibilidade de correção do suposto vício na instância **a quo**, por se tratar de matéria de ordem pública. Ressalte-se que a parte recorrente sequer opôs os Embargos

Declaratórios cabíveis, para que o Tribunal de origem se pronunciasse sobre o teor do referido tema. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o recurso especial, incidindo o teor da Súmula 282 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Em face do exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, conheço do Agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora